

**ESTRATÉGIAS DE CAPACITAÇÃO PARA AÇÕES DE INFRAESTRUTURA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE VALPARAÍSO DE GOIÁS-GO**

Autor: Paulo Henrique Pires Gonçalves

Especialista em Desenvolvimento Local e Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

Período: 2018/2019.

Instituição de Ensino: Escola Nacional de Administração Pública-ENAP

Orientadora: Dra. Rúbia Auxiliadora Constâncio Quintão.

**RESUMO**

O Brasil está vivenciando um contexto econômico e político que tem interferido no âmbito das políticas públicas voltadas para os Municípios, com isso, pesquisadores têm se preocupado com os reflexos que podem ser ocasionados por tal contexto. Há ainda uma preocupação em fazer-se cumprir a agenda 2030 estabelecida pelo plano visando atingir metas e objetivos para um mundo melhor e sustentável. No entanto, para fazer cumprir esse plano, Gestores Municipais deverão ser capacitados para criar estratégias que relacionem os Objetivos estabelecidos no plano, com os programas desenvolvidos pelos Municípios, de forma que abordem e criem políticas públicas voltadas para o desenvolvimento de um mundo melhor, associando ainda, os programas existentes junto aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável-ODS. O presente projeto de intervenção tem por finalidade criar estratégias de capacitação da equipe técnica da Secretaria Municipal de Educação de Valparaíso de Goiás para melhor aproveitamento nas ações de infraestrutura, mais precisamente nas ações direcionadas para o programa Proinfância – Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos para a Rede Escolar Pública de Educação Infantil, sendo de fundamental importância a correlação dos ODS com o programa, pensando nas políticas públicas voltas para a sociedade.

**Palavras-chave:** Políticas Públicas; Capacitação; Estratégias.

**SUMÁRIO**

1. Introdução 03
2. Problema 05
3. Justificativa 05
4. Objetivos 08
	1. Objetivo Geral 08
	2. Objetivos Específicos 08
5. Revisão de Literatura 08
6. Metodologia 11
7. Cronograma 12
8. Recursos Necessários 12
9. Resultados Esperados 14
10. Referências Bibliográficas 14
11. **INTRODUÇÃO**

Atualmente a capacitação profissional tornou-se uma questão de necessidade para atualização profissional, a qual os avanços tecnológicos e avanços intelectuais vem crescendo conforme as gerações avançam com o tempo. Faz-se necessário a capacitação profissional, tendo em vista que os programas firmados entre Governo Municipal e Governo Federal, sofrem constantes atualizações, das quais exigem que os Gestores Municipais se qualifiquem para acompanhamento das ferramentas desses programas.

Nesse sentido, surgiu a oportunidade de qualificação dos Gestores municipais fornecido pela Escola Nacional de Administração Pública-ENAP, qual ofereceu bolsa de estudos para Especialização latu sensu em Desenvolvimento Local e Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, com o principal objetivo de qualificar e capacitar gestores municipais para desenvolver e criar políticas públicas visando alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e suas metas.

Nesse aspecto, nota-se que no atual contexto social os avanços tecnológicos e avanços intelectuais tornaram-se motivo de discussão entre pesquisadores e governantes, com isso, observou-se que a governança do serviço público, requer uma reestruturação, uma abordagem sistêmica e detalhada com foco na capacitação profissional dos atores envolvidos com as políticas públicas.

Há alguns anos a sustentabilidade vem ganhado espaço de debate nas agendas políticas em nosso País. Faz-se necessário salientar que de acordo com a literatura as três dimensões base do desenvolvimento sustentável são: Ambiental, Social e Econômica. Tal questão que deveria ser uma preocupação por parte da maioria dos governantes, a de fazer cumprir a Agenda 2030 com a implantação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável-ODS.

Para melhor entendimento, do processo de políticas públicas no país e mais precisamente no âmbito municipal, faz-se necessário a definição do que venha a ser a Agenda 2030. Nesse sentido, a Organização das Nações Unidas-ONU (2015) define a agenda como:

[...] um plano de ação para as pessoas, o planeta e a prosperidade. Também busca fortalecer a paz universal com mais liberdade. Reconhecemos que a erradicação da pobreza em todas as suas formas e dimensões, incluindo a pobreza extrema, é o maior desafio global e um requisito indispensável para o desenvolvimento sustentável.

Esse plano foi desenvolvido por meio de negociações alavancadas durante dois anos, envolvendo Governantes e Sociedade Civil dos 193 Estados membros da ONU, que culminou com o evento realizado em Nova York, na sede da ONU onde pactuaram desenvolver um plano para o desenvolvimento sustentável do planeta, buscando articulação, metas e objetivos para que até o ano de 2030 tenhamos um planeta melhor.

Com a criação dessa agenda, foram estabelecidos os 17 (dezessete) Objetivos de Desenvolvimento Sustentável-ODS, ainda, 169 metas para que estes sejam alcançados, por meio de políticas públicas e ações de toda sociedade, a serem executadas, em especial no âmbito dos municípios, integrando as várias áreas de atuação desses aos 17 ODS.

Percebe-se que as esferas municipais necessitam de uma atenção maior em relação a Agenda 2030 e aos ODS, pois o que se nota é que a maioria dos Gestores municipais e suas equipes técnicas não estão capacitados para esse processo. Nesse sentido, vale destacar o caso do Município de Valparaíso de Goiás-GO e sua Secretaria Municipal de Educação-SME, que é objeto de estudo, na tentativa de buscar estratégias de capacitação e aperfeiçoamento para implementação de políticas públicas.

O qual a Diretoria de Infraestrutura e Manutenção da SME tem a importante missão de alinhar e articular junto ao Governo Federal, os convênios relacionados ao Programa Proinfância, programa esse que requer todo um processo de implementação e ação dentro do munícipio que depende de todo um procedimento legal e administrativo, que se não executado com responsabilidade e qualidade, consequentemente provocará prejuízo tanto ao erário quanto a sociedade.

Observa-se que muitos dos Programas e Recursos destinados aos municípios acabam sendo estornados/devolvidos para o Governo Federal por falta de equipe técnica capacitada para execução e movimentação desses programas, exemplo disso, são os programas PAR-Plano de Ação Articulada, PDDE-Programa Dinheiro Direto na Escola, Proinfância-Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos para a Rede Escolar Pública de Educação Infantil, dentre outros programas e parcerias abordados e celebrados entre o Governo Municipal e Federal.

Há, pois, uma necessidade de mudança de paradigmas por parte dos governantes e das equipes técnicas para que busquem alternativas, capacitações para melhoria de conhecimento, análises dos processos e banco de dados, com o objetivo de atender e fazer cumprir as políticas públicas. Tendo em vista que a não capacitação dessa equipe técnica ocasionará possíveis perdas de recursos para o Município e consequentemente perda de oportunidades de execução de programas que beneficiem a Sociedade, e a não implementação de políticas públicas, acarretando diversos prejuízos a todos os envolvidos.

1. **PROBLEMA**

A grande dificuldade na implantação, qualificação e continuidade de equipes técnicas que deem prosseguimentos nos projetos e programas da Secretaria Municipal de Educação-SME na área de infraestrutura governamental e a localização dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável-ODS, questiona-se: quais as estratégias necessárias para a capacitação de equipes técnicas da SME no gerenciamento de Programas de parceria do Governo Federal com o Município?

1. **JUSTIFICATIVA**

Atualmente as equipes técnicas voltadas para a implementação dos serviços e políticas públicas não são constituídas por profissionais/servidores qualificados para gerenciar os programas voltados para implementação de políticas públicas. Isso justifica-se pela rotatividade gerada pela troca de gestão a cada quatro anos, provocando um rodízio entre os agentes públicos, com nomeações em cargos de confiança, os quais perdem o vínculo com o trabalho que se desenvolvem, causando rompimento no planejamento e consequentemente nos resultados esperados dos programas. Isso faz com que o trabalho perca a qualidade impedindo a conclusão das ações e muitas vezes causando danos e perdas financeiras, devolução de recursos ao erário, perda de ações que beneficiariam a comunidade que poderia ser contemplada com as ações.

Pensando nisso que o Projeto de Intervenção abordará a capacitação da equipe técnica da Secretaria Municipal de Educação-SME buscando identificar e apresentar o que são os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável-ODS, fazendo uma relação deles ao programa Proinfância, buscando associá-lo aos ODS, e proporcionando uma analogia desse programa às políticas públicas, implementando os objetivos que já são alcançados pela SME, por meio dos programas que o Município e SME possuem juntamente aos convênios e parcerias com o Governo Federal.

Diante disso faz-se necessário apontar como funciona o programa Proinfância para melhor compreensão do processo e execução da capacitação. O Programa Proinfância é uma ação vinculada ao Plano de Desenvolvimento da Educação criado por meio de resolução do ano de 2007, visando a garantir o acesso de crianças a creches e ao mesmo tempo melhorias de infraestrutura física da Educação Infantil em todo o País.

O programa atua em dois eixos principais que são: a construção de Creches; a aquisição de mobiliários e equipamentos para atender as creches. Para que o município seja contemplado é necessário estar com o Sistema informatizado do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação-FNDE, com todas as obrigações e as prestações de contas junto a Autarquia quites e sem pendências. Daí inicia-se o processo de levantamento de informações por parte do município para preenchimento e cadastros.

É necessário o levantamento de informações para averiguar a necessidade de expansão e se há demanda a suprir com o oferecimento de mais vagas para a educação infantil. Em seguida, é realizado um dossiê virtual para inserção no sistema informatizado, como: disponibilidade de terreno, certidão de matrícula de terreno, declarações de compatibilidade de projetos de fundação, plantas de locação, plantas planialtimétricas, declaração de fornecimento de infraestrutura, relatório fotográfico do terreno, relatório técnico.

Após o processo de inserção da documentação é encaminhado para análise, para que a equipe do FNDE analise e faça as averiguações, estando tudo adequado, retorna para o município fazer os trâmites legais conforme legislação vigente que rege os Serviços de Obras e Engenharia. Diante disso, será executado e fiscalizado por meio de documentação e fotos que são inseridas conforme solicitadas pela equipe técnica do FNDE, até se findar com a entrega da obra, atendendo a comunidade com as vagas cadastradas inicialmente para suprir a demanda.

Cabe informar que todo esse processo requer tempo, ou seja, períodos de aproximadamente de três (03) a quatro (04) anos, a depender do contexto político e da equipe técnica que irá inserir as informações no sistema e da equipe técnica do FNDE que fará a análise para liberação. Daí surge a necessidade de capacitação da equipe técnica municipal, para que não bloqueie ou até mesmo perca a continuidade do processo, o que ocorre muito em meio as trocas de Agentes Públicos a cada quatro (04) anos.

Nesse sentido, faz-se necessário a apresentação do Município de Valparaíso de Goiás-GO com um breve histórico apresentado pelo site oficial da atual gestão do município o qual informa que o Município pertencia ao Município de Luziânia, sendo apenas um bairro, no entanto com o crescimento desse bairro, houve a necessidade de emancipação tornando o pequeno bairro Núcleo Habitacional Valparaíso I, em Município de Valparaíso de Goiás, pela lei estadual nº 12667, de 18 de julho de 1995, desmembrado do município de Luziânia.

Sua população recenseada em 2010 pelo IBGE prevê os seguintes dados:

Tabela 01 – Censo do Município de Valparaíso de Goiás-GO

|  |  |
| --- | --- |
| População estimada 2016 | 156.419 pessoas |
| População 2010 | 132.982 pessoas |
| Área da unidade territorial (km²) | 61,45 km² |
| Densidade demográfica (hab/km²) | 2.165,48 hab/km² |

A evolução do crescimento do município é o maior no entorno sul do Distrito Federal e um dos que mais crescem no Brasil. As estimativas do IBGE apontam para uma população de 156.419 habitantes em 2016, com densidade demográfica de 2.165,48 habitantes/km². No entanto, essas informações estão desatualizadas, conforme informações municipais a população já chega a mais de 200 mil habitantes, devido a migração de outros estados e do Distrito Federal.

De acordo com as informações do IBGE, 67.9% de domicílios possuem esgotamento sanitário adequado, 11.1% de domicílios urbanos em vias públicas com arborização e 19.1% de domicílios urbanos em vias públicas com urbanização adequada (presença de bueiro, calçada, pavimentação e meio-fio). Quando comparado com os outros municípios do estado, fica na posição 19 de 246, 242 de 246 e 26 de 246, respectivamente. Já quando comparado a outros municípios do Brasil, sua posição é 1465 de 5570, 5367 de 5570 e 1929 de 5570, respectivamente.

Já a SME é composta por aproximadamente 134 (cento e trinta e quatro) funcionários com faixa etária de 20 a 70 anos, desse quantitativo aproximadamente 15 (quinze) são cargos comissionados, ou seja, não são concursados/estatutários, cabe salientar ainda que desse quantitativo, aproximadamente 70% são mulheres, buscando atingir uma equiparação no quantitativo de liderança e gerência ocupadas por Mulheres, já o que diz respeito a escolaridade dos servidores da SME está dentre Ensino Médio a Doutores.

Diante disso, faz-se necessário apresentar que os programas conveniados do Governo Federal com o Governo Municipal, atingirá a comunidade fazendo cumprir políticas públicas, das quais proporcionarão mais vagas de creches concomitantemente mais tempos para os pais procurarem vagas de emprego, uma alimentação saudável para as crianças matriculadas, das quais receberão lanche adequado com cardápios executados por profissionais competentes. Com os programas sendo executados proporcionarão infraestrutura adequada para que atendam as crianças e ao mesmo tempo desenvolvendo uma educação de qualidade.

Faz-se necessário abordar também que colocando o programa Proinfância em execução o Governo Municipal atingirá a meta 4.2 do ODS 04 – Educação de Qualidade, a qual o IPEA (2018, p.113) apresenta em uma das metas informando que “Até 2030, assegurar a todas as meninas e meninos o desenvolvimento integral na primeira infância, acesso a cuidados e à educação infantil de qualidade, de modo que estejam preparados para o ensino fundamental. ”

1. **OBJETIVOS**
	1. **Objetivo Geral**

Desenvolver capacitação da Equipe Técnica da Secretaria Municipal de Educação-SME para o gerenciamento das ações de infraestrutura relacionando-as aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável-ODS.

* 1. **Objetivos Específicos**

Apontar a importância da capacitação e qualificação das equipes técnica envolvidas no Programa Proinfância.

Demonstrar a importância das políticas públicas correlacionando-as aos ODS.

Alinhar o programa Proinfância às estratégias de gerenciamento das ações de infraestrutura.

Treinar as equipes técnicas para execução das ações de infraestrutura e do programa Proinfância.

1. **REVISÃO DE LITERATURA**

Para discutir políticas públicas faz-se necessário a definição, conceito do que venha a ser políticas públicas, não faz sentido abordar tal assunto sem uma clareza do que está sendo discutido, assim surge a indagação:

Mas o que é uma política pública? Trata-se de um fluxo de decisões públicas, orientado a manter o equilíbrio social ou a introduzir desequilíbrios destinados a modificar essa realidade. Decisões condicionadas pelo próprio fluxo e pelas reações e modificações que elas provocam no tecido social, bem como pelos valores, idéias e visões dos que adotam ou influem na decisão. É possível considerá-las como estratégias que apontam para diversos fins, todos eles, de alguma forma, desejados pelos diversos grupos que participam do processo decisório. (SARAVIA, FERRAREZI, 2006, p. 28)

Percebe-se que as políticas públicas são ações e decisões tomadas por agentes públicos, buscando cumprir planejamentos idealizados e construídos por equipes técnicas que visão atingir objetivos direcionados para os setores sociais, ou seja, que beneficie a Sociedade como um todo.

Nesse sentido, faz-se necessário abordar que o processo de políticas públicas é bem complexo e não é um processo construído e acabado, ou seja, está em constante evolução, principalmente pelo fato de haver necessidade de planejamento voltado para ações sociais, que beneficiem a sociedade; isso requer que tenha processo de adaptação e mudanças, no entanto há a necessidade da execução das ações para que se cumpra as políticas públicas, não ficando apenas no processo de planejamento e nos ideais.

As políticas públicas são influenciadas, a partir da sua incorporação ao elenco de ações setoriais do governo, pelas contingências que afetam a dinâmica estatal e pelas modificações que a teoria sofre como conseqüência. É por isso que, no começo, estão impregnadas pelas idéias vigentes em matéria de planejamento: fixação de metas quantitativas pelos organismos centrais de planejamento, geralmente dominados por técnicos mais ou menos esclarecidos; subordinação de toda a vida social ao crescimento econômico; determinação do futuro com base em projeções das tendências do passado. (SARAVIA, FERRAREZI, 2006, p. 35)

Diante disso, é necessário um aperfeiçoamento das equipes técnicas envolvidas tanto no processo de criação das políticas públicas quanto as envolvidas no processo de execução e/ou das envolvidas nas ações práticas, para que saibam aproveitar melhor os recursos destinados e ao mesmo tempo saibam manusear as ferramentas dos programas que acabam tornando-se ações.

De acordo com Camões, Pantoja, Bergue, (2010, p. 12) “A sociedade vem exigindo do poder público uma atuação cada vez mais voltada para o alcance de resultados, isto é, além da eficiência tão perseguida pelas organizações nos últimos tempos, atualmente a eficácia e a efetividade da ação governamental são as palavras de ordem”. Diante disso, a necessidade de capacitação dos Servidores Públicos para acompanhar o ritmo do desenvolvimento global, do desenvolvimento tecnológico e atender o cumprimento da Agenda 2030, é fundamental em meio ao contexto social em que o país encontra-se.

Para a construção prévia desse referencial teórico faz-se necessário a abordagem da capacitação e atualização dos Servidores Públicos e consequentemente dos serviços prestados. Conforme pesquisas desenvolvidas na área de serviço público, abordadas nos últimos tempos por estudiosos diz que:

Diante de transformações tão presentes e significativas, o setor público vem se adaptando por meio da promoção de mudanças organizacionais que envolvem a redefinição de aspectos estratégicos, tais como a alteração de missões, a utilização de novas ferramentas tecnológicas, a adoção de novos métodos de trabalho, entre outros. Tais mudanças, além de afetarem a organização e gestão dos processos de trabalho, impõem a necessidade da construção e desenvolvimento de novos perfis de competências profissionais. (CAMÕES, PANTOJA, BERGUE, 2010, p.51)

Como descrito por Vieira (2007), “impossível administrar pessoas e projetos sem regras e critérios éticos definidos. Só com essa condição é que as decisões podem ser justas e transparentes”. Assim, quando os valores e costumes estabelecidos numa organização são bem aceitos, não há muita necessidade de reflexão sobre eles. Mas, quando surgem questionamentos sobre certos costumes ou valores consolidados pela prática, surge a necessidade de adequação, para os que discordam deles.

No entanto, quem vai desenvolver essa identidade/cultura vão ser os colaboradores, no caso da administração pública os servidores, por meio das vivências com os valores e princípios, formando a ética institucional, o que define como certo e errado pelo modo de agir dentro da instituição.

Nesse aspecto, buscando a execução de políticas públicas e o cumprimento dos ODS, a administração federal destina à administração pública municipal o papel fundamental para que sejam localizados e atingidos por meio de programas, porém isso requer uma aprendizagem que vem sendo discutido em debates o fato da aprendizagem organizacional com foco em equipes de trabalho.

De acordo com Camões, Pantoja, Bergue, (2010, p.52) “O fenômeno da aprendizagem tem sido intensamente focalizado pelas teorias psicológicas e a vasta base teórica tem fornecido significativas contribuições para as discussões que estão sendo desenvolvidas em aprendizagem organizacional”. Ou seja, a mudança tem sido constante nas equipes de trabalho, por meio da aprendizagem organizacional, o que já vinha constantemente sendo discutido há alguns anos nas organizações privadas por meio da educação coorporativa.

Portanto, para que os objetivos iniciais sejam alcançados, a mudança dos comportamentos dos servidores envolvidos e atuantes das políticas públicas, necessitarão ser reformulados, buscando uma aprendizagem, capacitação e mudança de comportamento; buscando atingir um nível mais elevado de conhecimento e prática conforme Camões, Pantoja, Bergue, (2010, p. 54) apresentam com a argumentação da aprendizagem da ação que “é muito mais do que um simples acumular de experiências. A experiência é a interação de uma pessoa ou coletivo com a situação de trabalho”.

1. **METODOLOGIA**

A metodologia será uma abordagem do tipo bibliográfica, da qual será feita uma análise do quantitativo de dados referentes ao conhecimento das Metas e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável-ODS por parte da Equipe técnica da Secretaria Municipal de Educação do Município de Valparaíso de Goiás-GO, com isso será feita uma análise e relação dos dados para definir a capacitação da equipe alinhando o conhecimento prévio com a importância das ações de infraestrutura.

A capacitação da Equipe Técnica da Secretaria Municipal de Educação-SME será delimitada primeiramente por seção, buscando capacitar a equipe envolvida com o Programa Proinfância, buscando os servidores diretamente envolvidos. Serão ministrados cursos e palestras que abordem a Agenda 2030 para que os servidores entendam o que venha a ser a Agenda e a necessidade do cumprimento do Plano.

O curso será desenvolvido e proposto em quatro módulos com carga horári1a de 20h para cada módulo, ao final do curso o participante deverá ter cumprido o total de 80h, com os seguintes temas e tópicos a serem abordados:

Módulo 1. A importância da capacitação e qualificação das equipes técnica envolvidas no Programa Proinfância;

1.1. O que é o Programa Proinfância;

1.2. Qual a importância do programa junto a SME;

1.3. Como é realizado o convênio entre Governos Federal e Municipal.

Módulo 2. Políticas públicas correlacionadas aos ODS;

2.1. O que é a Agenda 2030 e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável-ODS;

2.2. Complexidade da Agenda;

2.3. Apresentação dos ODS;

Módulo 3. Alinhar o programa Proinfância às estratégias de gerenciamento das ações de infraestrutura;

3.1. Qual a relação da Infraestrutura com o Programa Proinfância?;

3.2. Por que os profissionais de Engenharia estão interligados ao Programa?;

3.3. Como criar gerenciamento e governança dessas ações?

Módulo 4. Treinamento para execução das ações de infraestrutura e do programa Proinfância;

4.1. Apresentação da plataforma SIMEC;

4.2. Criar guias de orientações para preenchimento da plataforma;

4.3. Propor guias de orientações básicas de gerenciamento e justificativas;

4.4. Como utilizar os guias na prática.

No entanto, mesmo com o curso desenvolvido em quatro módulos, serão apresentadas palestras abordando a importância que o Programa Proinfância tem no contexto da Secretaria Municipal de Educação-SME e concomitantemente na vida das pessoas que poderão ser beneficiadas pelas ações, adesão e execução do programa. Serão feitas parcerias com a Diretoria de Formação Continuada da SME para que desenvolvam Palestras abordando a importância e necessidade de correlacionar o programa Proinfância com os ODS.

1. **CRONOGRAMA**

Tabela 02 – Cronograma das Atividades.

|  |  |
| --- | --- |
| Marco do Projeto | Data da entrega |
| Apontar a importância da capacitação e qualificação das equipes técnica envolvidas no Programa Proinfância. | 23/9/2019 |
| Demonstrar a importância das políticas públicas correlacionando-as aos ODS. | 07/10/2019 |
| Alinhar o programa Proinfância às estratégias de gerenciamento das ações de infraestrutura. | 21/10/2019 |
| Treinar as equipes técnicas para execução das ações de infraestrutura e do programa Proinfância. | 04/11/2019 |
| Gerenciamento e implementação de políticas públicas na infraestrutura governamental. | 18/11/2019 |
| Avaliação do Projeto de Intervenção. | 02/12/2019 |

1. **RECURSOS NECESSÁRIOS**

Conforme descrição do Projeto de Intervenção será necessário a utilização tanto de Recursos Humanos para planejamento e execução quanto de Recursos Materiais para desenvolvimento e execução do contexto prático que será desenvolvido por meio do curso, palestras e apresentações dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável-ODS.

As contratações de palestrantes para planejamento, esclarecimento e execução será desenvolvida por meio de edital de processo seletivo, buscando parceria da Escola de Governo do Município – a escola foi fundada para capacitação de servidores municipais – para que elabore e divulgue o edital dentro dos tramites legais, buscando profissionais e servidores capacitados e com as habilidades competentes para desenvolver os objetivos propostos.

Diante da necessidade de recurso financeiro para custeio com os palestrantes, esse poderá ser pago com recurso próprio, oriundos de arrecadações municipais e/ou verbas federais, destinadas à Secretaria Municipal de Educação para capacitação e formação de servidores.

Caso haja necessidade será convidado palestrantes e/ou participantes especializados na definição e localização dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável-ODS para coparticipação, tais participantes serão, servidores externos com formação específica na área de preferência especialistas na área, caso sejam selecionados, as despesas serão custeadas pelas parcerias da Gestão do Projeto.

Tabela 03 – Recursos Materiais Necessários.

|  |  |
| --- | --- |
| Recurso | Descrição |
| Folhas  | Folhas brancas para anotações e/ou impressões caso necessário. |
| Canetas | Canetas esferográficas para os participantes realizarem anotações e desenvolverem os minicursos. |
| Lápis | Lápis grafite preto para os participantes desenvolverem as dinâmicas de grupo e responderem as questões das palestras e/ou minicursos. |
| Borrachas | Borracha para os participantes utilizarem durante as palestras e/ou minicursos. |
| Impressão Gráfica | Execução das apostilas, folders, adesivos, dentre outros materiais de apresentação tanto do minicurso quanto dos ODS, para os participantes. |
| *Coffee Break* | Café da manhã e/ou lanche para os participantes das palestras. |
| Passagens Aéreas | Caso necessite da contratação de palestrantes externos será necessário a aquisição das passagens aéreas e deslocamento dos palestrantes. |
| Hospedagens | Caso necessite da contratação de palestrantes externos será necessário custear as hospedagens dos palestrantes. |
| Diárias | Será necessário custear as diárias dos palestrantes, sejam eles servidores do município ou sejam eles palestrantes externos.  |

Tabela 04 – Planilha Orçamentária.

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| Recurso | Quantidade | Valor Unitário | Valor Total |
| Folhas | 2000 un. | R$ 0,048 | R$ 96,00 |
| Caneta Esferográficas | 200 un. | R$ 0,66 | R$ 132,00 |
| Lápis | 200 un. | R$ 0,35 | R$ 70,00 |
| Borracha | 200 un. | R$ 2,90 | R$ 580,00 |
| Gráfica | 01 un. | R$ 500,00 | R$ 500,00 |
| *Coffee Break* | 10 un. | R$ 300,00 | R$ 3.000,00 |
| Passagens Aéreas | 02 un. | R$ 1500,00 | R$ 3.000,00 |
| Hospedagens | 05 dias. | R$ 280,00 | R$ 1.400,00 |
| Diárias | 05 dias. | R$ 560,00 | R$ 2.800,00 |
| Total | - | - | R$ 11.578,00 |

Faz-se necessário informar que os valores utilizados na planilha orçamentária citada anteriormente, teve como base valores aproximados, não foi utilizado tabelas de sites oficiais, podendo haver mudanças de valores de acordo com o tipo e/ou marca de material utilizados.

1. **RESULTADOS ESPERADOS**

Diante da necessidade de apoio por parte dos Governantes e Gestores, espera-se uma maior divulgação e normatização em apoio dos projetos voltados para implementação de políticas públicas, mais precisamente na implantação e localização dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável-ODS, para que se faça cumprir a Agenda 2030.

Espera-se que seja atingido um nível de maturidade intelectual por parte dos envolvidos no projeto, percebendo assim, que os programas de políticas públicas são voltados para atingir a população, ou seja, o foco final do trabalho desenvolvido, é um melhor destino dos recursos públicos, é fazer com que os programas obtenham resultados finais atingindo por completo seus objetivos e que assim os Gestores possam propor melhorias para a sociedade, no caso da SME atinja uma Educação de Qualidade fazendo cumprir as metas que lhe cabe do Objetivo 04.

 Outro fator que se espera com o presente estudo é a criação de legislações municipais voltadas para a implantação do projeto e para as capacitações voltadas para os projetos e programas que envolvam os ODS, que implementem o gerenciamento das ações voltadas para cumprimento dos ODS. Visando também a divulgação dos ODS dentro do setor público municipal, para que as ações em busca do cumprimento das execuções dos programas conveniados com o Governo Federal.

1. **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

CHIAVENATO, Idalberto. **Recursos Humanos.** ed. Compacta, 2. ed., São Paulo: Atlas, 1992.

CAMÕES, Marizaura Reis de Souza, PANTOJA, Maria Júlia, BERGUE, Sandro Trescastro. **Gestão de pessoas:** bases teóricas e experiências no setor público. Brasília: ENAP, 2010.

FUNDO Nacional de Desenvolvimento da Educação. **Proinfância.** Disponível em: <https://www.fnde.gov.br/index.php/programas/proinfancia/sobre-o-plano-ou-programa/sobre-o-proinfancia>. Acesso em: 20 ago. 2019.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Cidades.** Brasília, DF. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/go/valparaiso-de-goias/panorama>. Acesso em: 03 jul. 2019.

IPEA - INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **ODS – Metas Nacionais dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: Proposta de adequação.** IPEA: 2018. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com\_content&view=article&id=33895&Itemid=433>. Acesso em: 30 ago. 2019.

LAKATOS, E.M.; MARCONI, M.A. **Fundamentos de metodologia científica.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

ORGANIZAÇÕES das Nações Unidas. **Transformando Nosso Mundo:** a agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável. Rio de Janeiro: UNIC. 2015. Disponível em http://www.agenda2030.org.br/saiba\_mais/publicacoes Acesso em: 02 jul. 2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VALPARAÍSO DE GOIÁS. **Histórico.** Disponível em: <https://www.valparaisodegoias.go.gov.br/pagina/274-historico> Acesso em: 03 jul. 2019.

SARAVIA, Enrique; FERRAREZI, Elisabete. **Políticas públicas** – coletânea. Vol. 1. Brasília: ENAP, 2006.

VIEIRA, Maria Christina de Andrade. **Comunicação empresarial:** etiqueta e ética nos negócios. São Paulo: Senac, 2007.